

Campinas se une aos atos pelo fim da violência contra a mulher

Em resposta à escalada da violência de gênero, ocorreram atos simultâneos

Por Moara Semeghini

Em resposta à escalada da violência de gênero no país, organizações movimento Levante Mulheres Vivas realizou neste domingo (7) atos simultâneos em diversas cidades brasileiras. Na Avenida Paulista, em São Paulo, a manifestação reuniu cerca de 9,2 mil pessoas, segundo metodologia do Monitor do Debate Político do Cebrap e da ONG More in Common, que usou inteligência artificial aplicada a imagens aéreas captadas por drones. Em Campinas, o protesto saiu da Estação Cultura rumo à Praça da Catedral e, segundo participantes, contou com aproximadamente 500 pessoas.

Já no início da mobilização, a vereadora Mariana Conti (PSOL) criticou o aumento dos feminicídios e a falta de investimentos do governo paulista no enfrentamento à violência contra a mulher. “O Brasil vive uma epidemia de feminicídios com índices crescentes de violência. Isso é sintoma do machismo e de um projeto político que desmonta políticas públicas, prega ódio e naturaliza a violência”, afirmou. Ela lembrou que o governador Tarcísio de Freitas “destinou este ano apenas R\$ 10 para o combate à violência contra as mulheres”, defendendo os atos como resposta necessária para pressionar o Estado e denunciar a propagação de discurso misógino, inclusive nas



Rovena Rosa/Agência Brasil

Ato na Avenida Paulista pelo fim da violência contra as mulheres e do feminicídio

redes sociais. A vereadora se refere entre outras políticas, às ações do programa estadual “Atenção da Mulher Gestante” e “Mulher Saudável” que tiveram previsão simbólica de R\$ 10 cada, das quais R\$ 1 teria sido congelado.

Durante os atos, faixas e discursos cobraram o fim da violência contra as mulheres, penas mais duras para crimes motivados por misoginia e enfrentamento ao discurso de ódio. As falas também destacaram problemas estruturais que sustentam a vio-

lência de gênero no país, como a fragilidade das políticas públicas, a insuficiência de serviços especializados e a falta de responsabilização efetiva.

O Levante Mulheres Vivas defendeu a plena aplicação da Lei Maria da Penha, considerada pela ONU uma das legislações mais avançadas do mundo para proteção das mulheres, e alertou para retrocessos provocados por cortes, omissões e desvios de finalidade. A organização também reforçou a necessidade de reconhecer a miso-

ginia como crime específico, lembrando que manifestações de ódio e violência simbólica alimentam todas as formas de agressão, inclusive o feminicídio.

Entre as reivindicações apresentadas estão: Delegacias da Mulher 24 horas com atendimento especializado, acolhimento imediato para vítimas e seus filhos, resposta ágil do sistema de justiça, autonomia emergencial para mulheres em situação de risco, proteção às crianças envolvidas em casos de violência domé-

tica, paridade feminina no Poder Público e no Judiciário, além da regulação de plataformas digitais e políticas concretas de combate à violência online.

Procurada por telefone e e-mail, a Secretaria de Segurança Pública não respondeu à reportagem. O espaço segue aberto.

Recorde de feminicídio

Dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) revelam que entre janeiro e outubro de 2025 foram registrados 53 casos de feminicídio na capital paulista. Este é o maior índice anual desde 2018, mesmo sem contabilizar os meses de novembro e dezembro.

Em todo o estado de São Paulo, foram registrados 207 feminicídios entre janeiro e outubro deste ano. No mesmo período do ano passado, foram 191. Um aumento, portanto, de 8% considerando os dez primeiros meses do ano.

O crime de feminicídio foi tipificado em lei federal em março de 2015. A partir disso, os casos começaram a ser contabilizados separadamente de outros tipos de homicídio. A lei considera feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, e menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima. As penas para o crime variam de 12 a 30 anos de prisão.

Com informações da Agência Brasil

Universidades de SP: recorde na transmissão de dados

Ao utilizar servidores em universidades paulistas – entre elas o da Unicamp – a rednsp (Research and Education Network at São Paulo) bateu seu próprio recorde ao atingir uma transmissão de 1.3 Terabits por segundo (Tbps). Isso significa que foi possível transferir 1,3 trilhões de bits de dados a cada segundo, num resultado 240% superior aos 550 Gbps alcançados no ano de 2024.

O resultado foi obtido durante a Supercomputing 2025, considerada a maior conferência do mundo na área de Computação de Alto Desempenho e que, neste ano, reuniu aproximadamente 18 mil pessoas na cidade de Saint Louis, no Missouri (EUA), em novembro.

A rednsp é um projeto apoiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo) que disponibiliza conexões de dados



Jo Ramsey/Fotografia SC

Membros do Research and Education Network at São Paulo

de alta velocidade para a comunidade acadêmica do estado. Conecta instituições de educação e pesquisa do estado entre si e com o exterior, a partir da cooperação com consórcios e redes acadêmicas internacionais (AmLight, a RedCLARA e o Global Network

Advancement Group GNA-G). É dirigida por um comitê vinculado ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, composto por Ney Lemke (Unesp), Ricardo Dahab (Unicamp) e Daniel Batista (USP).

Prazo para adesão ao Refis termina hoje

Termina nesta terça-feira (9), o prazo para aderir ao Refis Campinas 2025. O programa de negociação oferece desconto de até 70% em juros e multas de dívidas tributárias (IPTU, ISS, ITBI e Taxa de Lixo) e os parcelamentos podem chegar a 96 vezes. Para quem tem débitos não tributários (multas e autos de infração do Procon, Cofit e Vigilância Sanitária) o abatimento é de até 15% no valor total do débito.

As negociações são feitas pela internet, no Ambiente Exclusivo. Para utilizar é preciso fazer o credenciamento 100% de forma virtual. Basta acessar o “Ambiente Exclusivo Finanças” cidadao.campinas.sp.gov.br/ e solicitar o credenciamento, que poderá ser feito de três maneiras: logando-se com a senha do gov.br (meio de acesso digital às aplicações

do governo federal), conforme regras estabelecidas em sistema; enviando digitalmente documento válido e selfie do rosto; ou utilizando o e-CPF, ou o e-CNPJ, para empresas.

Para alguns casos, existe a possibilidade de atendimento presencial, entre eles quando a adesão for feita por tutor, curador, procurador ou inventariante ou ainda por pessoas com mais de 80 anos. Neste caso, será preciso fazer o agendamento, também pelo Portal de Serviços campinas.sp.gov.br/servico/agendamento-atendimento-tributario-porta-aberta.

No site campinas.sp.gov.br/sites/refis há tutoriais que auxiliam o contribuinte sobre como proceder para fazer a adesão de forma segura. Mais informações no hotsite campinas.sp.gov.br/refis.